



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 9ª
(NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010**

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 40 - Suplemento, de 05/03/2010, juntamente com a ata sucinta da 9ª Sessão Ordinária.)

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 1ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 6ª Sessão Ordinária;
- Ata da 7ª Sessão Ordinária;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

– Ata da 8ª Sessão Ordinária.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, fui surpreendida hoje com a notícia de que, no dia 19, parece-me que sexta-feira da semana passada, houve um ato, se não me falha a memória, da Presidência da Casa – corrija-me se eu estiver errada –, impondo a utilização de traje passeio-completo para todas as pessoas que frequentem o plenário e também o “aquário”. Portanto, todos os jornalistas e os servidores da Casa, particularmente, seriam obrigados ao uso do traje passeio-completo também nas galerias.

Sr. Presidente, neste momento ou ontem, eu estaria impedida de entrar em plenário se estivesse em vigor esta decisão, que, se não me falha a memória, é da Presidência da Casa, do dia 19, a fim de que seja imposto o traje passeio-completo para que se adentre as cercanias do plenário e o próprio plenário.

Sr. Presidente, creio que isto, ao que me consta, não é uma resolução da Mesa Diretora, mas um ato da Presidência – corrija-me se eu estiver errada. Então, eu solicitaria que pudéssemos revogar esse ato da Mesa Diretora, até porque nós estamos numa crise sem precedentes, que tem responsáveis que precisam ser punidos, mas uma crise sem precedentes para que a nossa preocupação esteja voltada à forma como se trajam as pessoas que estão nas cercanias e dentro do plenário. Até porque, Sr. Presidente, nem paletó nem gravata que os jornalistas que estão no “aquário” e os servidores são obrigados a usar vão definir o nível de atuação e a destreza profissional de quem quer que seja. Há pouco tempo, estávamos discutindo o projeto do Deputado Milton Barbosa na perspectiva de flexibilizar as vestimentas dos parlamentares aqui em plenário, particularmente os parlamentares, que são obrigados a usar paletó e gravata. Nem o paletó nem a gravata ou qualquer traje que se vista não vão definir a qualidade, a responsabilidade, a ética, a moralidade, o decoro de quem quer que seja, nem dos Parlamentares, e muito menos dos jornalistas ou das pessoas que adentram a galeria. Portanto, Sr. Presidente, eu solicito que imediatamente seja revogada esta resolução da Presidência da Casa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vi nas palavras da Deputada Erika Kokay certa dúvida se existe o ato ou não. Parece-me que foi no dia 19, por aí. Mas, de qualquer sorte, existindo o ato, eu queria dizer que ele não foi discutido com a Mesa Diretora, nem comigo, nem com V.Exa. Acredito que não. Tenho certeza de que não foi, porque se fosse do meu conhecimento eu jamais assinaria uma norma com teor dessa natureza. Eu, diante



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

do que foi colocado, sendo autor de um projeto de 2007 que flexibiliza exatamente a vestimenta, sou absolutamente contra, até porque apresentei esse projeto. Vou também pedir a V.Exa. que, em sendo verdadeira a imputação feita à Presidência da Casa, revogue o ato, porque ele está completamente destoado do momento em que nós vivemos.

Aliás, por falar em momento em que nós vivemos, de sexta-feira para cá, membros desta Casa estavam colocando gasolina na fogueira. Eu me refiro àqueles que defendiam a alteração na Lei Orgânica para permitir que esta Casa fizesse uma eleição direta para um dos seus membros. Eu comentava com uma jornalista e lhe dizia que nós estamos vivendo um momento difícil e que tinha recomendado a essas pessoas que colocassem no bolso a Constituição segundo Capistrano de Abreu, que tem apenas dois artigos: "Art. 1º. Todo brasileiro deve ter vergonha na cara. Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário." Essa norma, se houver sido editada, leva infelizmente este sinete.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Com relação à questão de ordem da Deputada Erika Kokay, Deputado Milton Barbosa, na verdade, saiu na imprensa, nos meios de comunicação, a seguinte notícia: "Modelitos na mira. Seria de se imaginar que, com o mundo político em chamas, a Câmara Legislativa não estaria muito preocupada com modelitos. Engano. Acaba de ser publicada, no seu Diário Oficial, instrução que ressuscita o Ato nº 24, editado pela Mesa Diretora em 1996. Por esse ato, em todas as dependências da Câmara, os funcionários são obrigados a circular em traje de passeio, ou seja, com paletó e gravata. Já as servidoras precisam usar vestido ou saia."

Na verdade, existe o Ato nº 24, da Mesa Diretora, de 1996. O que foi editado não foi um ato, foi um memorando. Esta Presidência está tomando ciência para adotar as medidas necessárias.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

31



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 24/02/2010

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
ALÍRIO NETO - PPS		X	X
AYLTON GOMES - PR	X		
BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X		
BENEDITO DOMINGOS – PP		X	X
BENÍCIO TAVARES – PMDB		X	
BISPO RENATO – PR		X	
BRUNELLI – PSC	X		
CABO PATRÍCIO – PT	X		
CHICO LEITE – PT	X		
CRISTIANO ARAÚJO – PTB		X	
DOUTOR CHARLES – PTB		X	
ELIANA PEDROSA - DEM		X	
ÉRIKA KOKAY – PT	X		
EURIDES BRITO – PMDB	X		
JAQUELINE RORIZ – PMN	X		
LEONARDO PRUDENTE		X	
MILTON BARBOSA – PSDB	X		
PAULO RORIZ – DEM	X		
PAULO TADEU – PT		X	
RAIMUNDO RIBEIRO - PSDB		X	
REGUFFE – PDT		X	
ROGÉRIO ULYSSES	X		
RÔNEY NEMER - PMDB	X		
TOTAL	12	11	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Há 11 Parlamentares presentes, havendo, portanto, *quorum* regimental.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu venho aqui para fazer duas observações em forma de questão de ordem a V.Exa. e aos colegas presentes.

A primeira é que anunciei ao Presidente da Comissão Especial, Deputado Cristiano Araújo, que não precisaria e não precisarei do prazo de 10 dias para entregar o relatório do processo de *impeachment*, desincumbindo-me da tarefa hercúlea de que os colegas me incumbiram.

Quero dizer a V.Exa. que o relatório está sendo laborado de maneira articulada e com lastro jurídico e que o entregarei até sexta-feira. Nenhum outro fato que não dissesse respeito aos dados ali avaliados mudaria o teor do parecer. Não nos importa a condução de outros labores. O parecer do nobre Deputado Raimundo Ribeiro, Relator *ad hoc*, o julgamento do *habeas corpus* do Governador afastado, nada disso interfere no trabalho que já começamos e pensamos em terminar logo, logo. Como os fatos não mudam naquilo que interessa ao conjunto probatório, a conclusão não mudará. V.Exa. sabe que, no Direito, é assim. Nós nos louvamos nas representações, nos pareceres do Procurador-Geral da Casa e no parecer do Relator da Comissão de Constituição e Justiça.

É a primeira observação, Presidente, para afastar qualquer tipo de especulação. Nosso trabalho seguirá firme, com lastro no Direito e lastro em tudo que já foi apurado. Nada interferirá, nenhum outro casuísmo.

Em segundo lugar, Presidente, eu queria fazer um apelo, um apelo sincero. Esta Casa tem cumprido o seu mister, mas tem estado detida com os elementos da crise: é a apuração em relação aos Parlamentares que são citados; é a apuração efetiva da CPI; é o processo de *impeachment*. A minha impressão é que nós precisávamos também, cumprindo o nosso mister, votar as matérias da Ordem do Dia quando pudermos. Há muita matéria aí, por exemplo: o plano relativo aos professores, que foi acordado e deve chegar pelo início de março; os de outras categorias importantes; o segundo turno do PELO da Defensoria Pública, de importância muito grande; e outros projetos que outros colegas mencionaram. Os mais variados colegas aqui têm feito menção, nas nossas reuniões, a projetos importantes, alguns que foram votados apenas em primeiro turno, alguns de incentivos fiscais, enfim, projetos que fazem com que esta Casa mostre efetivamente o trabalho que tem pela comunidade. Importante a profilaxia, a limpeza na política federal, mas também é fundamental que façamos esse dever de casa.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria dizer a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Ok, Deputado Chico Leite.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Deputado Cabo Patrício, eu vou na esteira que foi acionada pelo Deputado Chico Leite, porque existem categorias, como a dos odontólogos, que fecharam um acordo no ano passado. O referido projeto não adentrou esta Casa até a instauração do recesso e a categoria fez uma grande mobilização e um grande processo de negociação para que tivesse direito. Aliás, esse é um único segmento da saúde com negociações acordadas que ainda não tem assegurado... Inclusive, esse projeto nem chegou a esta Casa. Mas temos a questão dos professores, do DETRAN e, enfim, uma série de projetos que precisamos analisar.

Essas categorias não podem ser penalizadas, “revitimizadas”, ou seja, penalizadas mais uma vez, porque penalizados pelo que está acontecendo no Distrito Federal estamos todas e todos. Essas categorias não podem ser “revitimizadas”, “vitimizadas” mais uma vez em função do que fizeram com o Distrito Federal. Portanto, Sr. Presidente, eu solicito que, tão logo esses projetos cheguem à Câmara Legislativa do Distrito Federal, possamos apreciá-los, bem como a proposta – muito bem lembrada pelo Deputado Chico Leite – de emenda à Lei Orgânica no que diz respeito à Defensoria Pública, que é fundamental para que possamos assegurar a independência da própria Defensoria e a completa liberdade de um trabalho de excelência, de qualidade, fundamental para a população.

Então, faço minha a questão do Deputado Chico Leite porque, inclusive, não são incompatíveis. A ação da Câmara Legislativa para investigar todas as denúncias não é incompatível com a apreciação por esta Casa dos projetos que são relevantes para a sociedade e que não guardam qualquer tipo de polêmica no Parlamento com os Deputados.

Era apenas isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada Erika Kokay, V.Exa. e o Deputado Chico Leite fizeram uma solicitação e, de fato, existe a Ordem do Dia, mas é claro que precisa haver um acordo de lideranças para que os projetos possam entrar em votação.

A Câmara Legislativa continua na sua normalidade, tanto fazendo um trabalho de investigação como o trabalho de plenário. É preciso que o Colégio de Líderes se reúna para definir uma pauta mínima de votação e que haja *quorum* para que possamos iniciar a votação dos projetos dessas categorias que V.Exa. acaba de citar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, mais ou menos nesta linha, estou fazendo chegar ao Plenário uma nota técnica de um projeto que votamos no mês de dezembro relacionado à carreira de assistência à educação, em que, por um lapso, uma palavra está errada e pode levar à interpretação de que aquilo só valeria para o ano de 2010, o que não é verdade!

Já recebemos o sindicato que me pediu para trazer ao Plenário esta nota técnica que estou providenciando na tarde de hoje. Também recebi a visita por parte de representantes do Sindicato dos Professores, razão pela qual eu também endosso as palavras da Deputada Erika Kokay para que possamos fazer gestões junto ao Governo para apressar a vinda da questão para cá.

Mas, na Ordem do Dia de hoje, há um item que me parece muito importante e que aborda um dos temas mais delicados não só no Distrito Federal, mas também no Brasil – o nosso caso aqui da Câmara Legislativa é tentar aprovar o que há no Distrito Federal. Trata-se do Item nº 1 da pauta, um veto total ao projeto de lei de autoria dos Deputados Chico Leite e Raimundo Ribeiro que “dispõe sobre o fornecimento obrigatório de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde do Distrito Federal” e que trata daqueles medicamentos que a população não tem como comprar. Eu gostaria que pudéssemos examinar hoje ainda a apreciação desse veto total que consta no Item nº 1 da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada Eurides Brito, analisarei o pedido de V.Exa. para que possamos, inclusive, votar essas matérias. A Câmara continua na sua normalidade. Os Parlamentares precisam comparecer ao plenário para que haja votação.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu havia solicitado a V.Exa., antes do início da sessão, a possibilidade de fazer o uso da palavra nos Comunicados de Líderes ou nos Comunicados de Parlamentares.

Eu, até então, vinha nutrindo uma angústia muito grande porque não havia tido acesso ao que foi apreendido no mandado de busca e apreensão na minha residência e no meu gabinete. Eu tive acesso hoje – e gostaria de tornar público – ao extrato do que foi apreendido. Se V.Exa. me permitir, eu gostaria de fazer uso da tribuna.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Rogério Ulysses, acato o seu pedido. Vou dar início aos Comunicados de Líderes, mas antes, se V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

quiser fazer o seu comunicado, se quiser usar a tribuna para falar, tem a minha permissão, inclusive para falar sobre a questão da busca e apreensão.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria inicialmente de agradecer essa oportunidade. Eu vejo como um privilégio poder falar em público o que falarei daqui para frente. Eu quero pedir muito a atenção dos Parlamentares que aqui estão e pedir em especial a atenção da imprensa, que tem feito uma cobertura detalhada da crise que tem acontecido no Distrito Federal.

É importante que cada um de nós que, de alguma forma, na sua dimensão, teve o nome mencionado, citado, filmado, enfim, tenha a oportunidade, o direito, de aqui desta tribuna ou no fórum que achar adequado apresentar fatos. Eu tenho dito desde o início desse processo que é fundamental que se faça uma diferenciação. Lamentavelmente, desde o início desse processo, todos estão sendo tratados de forma igualitária e existem diferenças factuais. Existem fatos que têm que ser trazidos à tona para que se faça uma diferenciação.

Na minha análise, Sr. Presidente, ser ético não é simplesmente condenar sem ter provas, ser ético é se ater às provas, aos fatos e condenar ou inocentar cada um dentro da dimensão que os fatos permitem fazê-lo. O que eu percebo nesse momento é uma condenação antecipada, uma generalização que eu gostaria de começar a desconstruir no meu caso.

Desde o início desse processo, eu sofri uma busca e apreensão no meu endereço e no meu gabinete. Sofri essa busca e apreensão porque o meu nome foi falado. Não há, não haverá nenhum vídeo que me mostre cometendo qualquer ato irregular. Não o conheço e nunca tive a oportunidade de estar com o Sr. Durval. Falaram o meu nome, sim, e eu espero que no momento adequado as pessoas que citaram o meu nome e que poderiam ter falado o nome de qualquer Parlamentar desta Casa, de qualquer figura pública do Distrito Federal, expliquem claramente o motivo que as levaram a falar nomes em uma conversa confusa em que eu não estava presente, uma conversa sem a minha autorização e sem que eu tivesse o direito de me defender. Falaram o meu nome. Sofri uma busca e apreensão autorizada pelo Sr. Ministro Fernando Gonçalves, a quem eu queria parabenizar de público pelo bom trabalho que tem feito, pelo trabalho justo. Na justificativa do Ministro, S.Exa. usa o seguinte preceito para busca e apreensão: "Como ensina Hélio Tornaghi, a busca visa ao descobrimento de provas, mas é claro que, encontrados elementos de prova, não se iria deixá-los onde estivessem. Eles deverão ser apreendidos".

Ora, não há provas, há indícios. Eu sofri uma busca e apreensão na perspectiva de se construir provas, provas do meu envolvimento. Essa agressão que sofri do mandado de busca e apreensão era exatamente para provar o indício que foi levantado numa conversa em que eu não estava presente. Pois bem, da mesma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

forma como a busca e a apreensão servem para provar, espero que a busca e a apreensão sirvam para inocentar, porque busca e apreensão não pode servir só para condenar uma pessoa. Busca e apreensão tem que servir também para inocentar quem não tem nada a ver com essa história e está sendo agredido desde o início.

Trata-se de segredo de justiça, mas quero quebrar esse segredo. Eu quero apresentar o extrato do que foi apreendido nos meus endereços: na minha casa e no meu gabinete. Deputada Erika Kokay, na minha residência foram apreendidos 20 itens, vinte itens, Deputada Jaqueline Roriz, Deputado Cristiano Araújo. Vou ler todos os itens:

Item 1 – um DVD, marca Princo. O que continha esse DVD? Arquivos pessoais de Ulysses, com fotos, discursos, documentos de sua academia de ginástica. Após a análise, não encontrou relevância com foco nas investigações. Não encontrou relevância com foco nas investigações!

Item 2 – DVD, marca Princo. DVD contendo arquivos pessoais de Ulysses com fotos. Após a análise, não encontrou relevância com foco nas investigações.

Item 3 – DVD, marca Ridata, contendo arquivos pessoais de Ulysses, com discursos, trabalhos da faculdade, documentos da academia de ginástica Golfinho, de sua propriedade. Após a análise, sem relevância com foco nas investigações.

Item 4 – Documento da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB. Vou ler todos esses documentos em sequência e depois explico o que eles significam.

Item 5 – Termo de concessão de uso de imóvel.

Item 6 – Termo de concessão de uso de imóvel.

Item 7 – Termo de concessão de uso de imóvel.

Item 8 – Termo de concessão de uso de imóvel.

Item 9 – Extrato de saldo devedor.

Item 10 – Cessão de direitos.

Item 11 – Termo de concessão de uso de imóvel.

Item 12 – Extrato de saldo devedor.

Item 13 – Recorte de papel contendo manuscritos identificados pela inscrição seis moradores. Após a análise, não se encontrou relevância com foco nas investigações.

Item 14 – Extrato de saldo devedor.

Item 15 – Extrato de saldo devedor.

Item 16 – Extrato de saldo devedor.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Item 17 – Extrato de saldo devedor.

Item 18 – Extrato de saldo devedor.

Item 19 – Extrato de saldo devedor.

Item 20 – Folha pautada contendo manuscritos identificados pela inscrição pessoas que “trouxe” os documentos – escrito errado, inclusive. Após a análise, não se encontrou relevância com foco nas investigações.

Portanto, são esses os itens apreendidos na minha residência! Não há nada! Está aqui o extrato! Não tem dinheiro! Não tem documento! Não tem nada que me envolva com essa operação! E eu vou entregar esse documento a todos os Parlamentares, a quem tiver interesse e à imprensa. Quanto a esses documentos que foram apreendidos aqui – e aí o Deputado Paulo Roriz vai até entender a coincidência desse fato –, lá em São Sebastião tem um bairro chamado São Bartolomeu. Nesse bairro São Bartolomeu foram entregues casas populares no governo passado. O governo mandou uma lei para esta Casa que dava desconto de até 90% para quem quitasse as casas até uma determinada data. Eu fui procurado por moradores que não tinham condições de pagar nem os 10% que o governo estava pedindo. Por uma casa que custava R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) a pessoa teria que pagar 3, 4 mil reais. As pessoas não tinham esse dinheiro e começaram a me procurar, pedindo: “Deputado, ajuda a gente a aumentar esse prazo ou a parcelá-lo”. Procurei o Deputado Paulo Roriz, não foi, Deputado Paulo Roriz? À época, S.Exa. era Secretário de Habitação. Fiz esse pedido e S.Exa. atendeu a solicitação da comunidade de São Bartolomeu. O prazo foi dilatado e algumas coisas foram parceladas. Foi por esse motivo que foram apreendidos esse monte de documentos sobre o bairro São Bartolomeu. Era um dos vários pedidos da comunidade, e eu atendi.

Portanto, este aqui é o extrato da minha casa. Quero agradecer a oportunidade de poder falar sobre esse assunto. Vivo com isso entalado em minha garganta. É muito triste você ser acusado sem ter o direito de mostrar que está sendo acusado injustamente, você ser expulso do partido por contrariar interesses sem ter a oportunidade de mostrar o que foi apreendido.

Eu vou ler agora o extrato do meu gabinete, gabinete do Deputado Rogério Ulysses. Vou fazer a leitura dos oito itens que foram apreendidos em meu gabinete:

Item 1 – Agenda, bloco de anotações – era um bloquinho de anotações que eu tinha em minha mesa em que eu anotava tudo. Anotava o nome das pessoas que passavam pelo meu gabinete para não esquecer. Bloco de anotações com a capa na cor prata, escrito Banco de Brasília. Inclusive esse bloco foi um brinde enviado a todos os Parlamentares, se não me engano, em 2007 ou 2008. Eu sempre utilizei esse bloco em minha mesa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Item 2 – Um CD com a inscrição *banner* de São Sebastião. Um CD com a inscrição esgoto CAESB – reivindicação dos moradores para desentupir o esgoto da minha cidade. Um CD com inscrição Muscle Bit Vídeo Fotos, Kit malhação que nós estávamos tentando implementar na cidade, mas não deu certo. Um CD com fotos do Rogério Ulysses para programa de TV. Um CD da marca Imatec em que estava escrito na face da mídia. Um DVD com a inscrição Pró-DF de São Sebastião. Um CD da marca... Enfim; três ou quatro CDs foram apreendidos, creio que três. Um bloco espiral com o título controle de ligações, encontrado próximo à mesa do meu chefe de gabinete. Eu tinha essa cautela, e pedia: “Controle diariamente quem liga e para quem se liga”. Hoje, como está o telefone, se você não tiver esse controle, mais tarde podem questionar algum telefonema. Se você não tiver o controle, se você não souber com quem falou, você não saberá responder. Por isso, eu pedia para anotar. Uma folha de caderno manuscrita. Folhas impressas contendo nomes e anotações a caneta. Folha de caderno manuscrita. Folha impressa com nome, telefone e orientações. Folhas, sendo um bilhete na cor amarela, duas folhas de caderno e 3 papéis impressos.

Está aqui. Este é o extrato da busca e apreensão que a Polícia Federal fez, e que eu a agradeço por ter feito. Eu agradeço por ter sofrido essa busca e apreensão, porque se eu não tivesse sofrido essa busca e apreensão, eu não teria como vir aqui hoje e dizer: “Eu não tenho nada a ver com essa história”! Se eu tivesse, teria sido descoberto, pois o trabalho da Polícia Federal foi muito bem feito. Certamente haveria aqui hoje algo que me incriminasse. Se não há nada que me incrimine nas buscas da Polícia Federal, se não há nenhum indício, eu pergunto: “Por que todos nós estamos sendo tratados da mesma forma”? Essa é a única pergunta que eu gostaria de ver respondida, e eu sei a resposta: a análise desse processo até agora está sendo feita de forma superficial. Quando se faz uma análise de forma superficial, você pode incorrer em injustiças.

Eu participei de dois processos na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar desta Casa. Um, contra o Deputado Pedro Passos; o outro, contra a Deputada Erika Kokay. No caso do ex-Deputado Pedro Passos, fui sorteado para ser o Relator do processo, e ele renunciou antes de ser notificado, por opção pessoal. Jamais emiti, sobre o caso do ex-Deputado Pedro Passos, naquela ocasião, algum prejulgamento. No caso da Deputada Erika Kokay, assumi a presidência da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Fui, sim, o Presidente dessa Comissão, que arquivou o processo da Deputada Erika Kokay por falta de provas. Não foi por acordo, não foi por nenhum tipo de conversa, porque eu nem conversei com a Deputada Erika Kokay. Foi porque, naquela ocasião, eu não queria que acontecesse com a Deputada Erika Kokay o que está acontecendo comigo agora. É injusto. É injusto um Parlamentar que lutou para chegar aqui, sem padrinho político, que veio de uma cidade humilde, um professor de sala de aula, sem grupo partidário, ser questionado dessa forma. Isso é injusto. Eu queria pedir a todos que, daqui para frente, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Câmara Legislativa desse realmente celeridade à análise dos casos na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, e que façamos – pelo amor de Deus – uma análise justa de cada caso. Não dá para julgar igualmente todos os Parlamentares. Os 9 Parlamentares têm diferenciações. Se formos nessa lógica, não estaremos fazendo justiça. Podemos estar respondendo a um clamor imediatista, superficial, que, neste momento, pode causar várias injustiças. Defendo, sim, a punição na medida de cada responsabilidade. Isso é ser justo, isso é ser ético. Queremos colocar todos na fogueira, condenar todos para poder se colocar como uma alternativa ética para o Distrito Federal é covardia, é falta de coragem de assumir um problema, de ver os dados, os fatos, e analisar com segurança, com firmeza. Essa, sim, é uma análise justa dos fatos. Tenho certeza de que a Câmara Legislativa... desde o início, foi o único poder que reagiu e abriu processo contra todos.

Dizem que a Câmara Legislativa demorou demais para fazer a análise dos seus processos internos. Ora, temos prazos. E o prazo vence agora. A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar não está constituída. Faltam membros. Alguns blocos partidários não indicaram seus membros. Como é que se fala em condenação? Nossa foto diariamente no jornal? Pelo amor de Deus, é execração pública! Execração pública! Não desejo isso para ninguém.

Quando tive de assumir uma responsabilidade ética na presidência da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, não fui covarde. Não fui covarde. Eu enfrentei, porque naquele momento era injusto o que estava sendo feito. Era injusto. Era uma perseguição contra S.Exa., a Deputada Erika Kokay. Era injusto. Foi injusto o que V.Exa. sofreu nesta Casa, Deputada Erika Kokay. Foi injusto! A Deputada Erika Kokay teve a grandeza de conseguir reconstruir a imagem dela. E eu vou me inspirar no exemplo de S.Exa. Se Deus me permitir, quero reconstruir minha imagem nesta Casa e no Distrito Federal. Início desta tribuna. O que tenho aqui não é especulação. O que tenho aqui é o extrato da Polícia Federal. Sobre mim, não aceito mais insinuações. Não aceito mais insinuações. Quero fatos. Aceito os fatos e quero enfrentá-los. E, se eu tiver de pagar por alguma coisa, pagarei na medida dos fatos. Baseado em especulações, podemos condenar todos os políticos que, mais cedo ou mais tarde, passarem por um momento de dificuldade. Quero acreditar na justiça, mas quero acreditar também na justiça dos Parlamentares desta Casa, porque, se Parlamentares desta Casa forem acovardados – porque é o que farão se me condenarem neste momento –, será um sinal de covardia. Se se basearem nos fatos, não haverá motivo de condenação neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Rogério Ulysses, V.Exa. está sem partido. Por isso lhe concedi tempo para falar antes dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Comunicados de Líderes e esclarecer os fatos, conforme V.Exa. solicitou na reunião dos Parlamentares, na Presidência.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista a renúncia, ontem, do Vice-Governador, havia uma convocação da Comissão Especial para amanhã, às 18 horas, para análise do objeto... do Vice-Governador. Com a renúncia de S.Exa., essa reunião não teria eficácia nenhuma. Então, hoje, pela manhã, já propus ao Relator, Deputado Chico Leite... estamos tentando construir... para que ele possa nos apresentar o relatório amanhã, na parte da manhã ou na parte da tarde. O Deputado Chico Leite está fazendo as últimas correções. Estamos na expectativa de marcar nova data. Portanto, solicito a V.Exa. que cancele a reunião de amanhã. Até o final do dia, pediremos a nova convocação, de acordo com o combinado com o Relator.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. e cancelo a reunião da Comissão Especial de amanhã. Peço que se providencie a publicação. Aguardaremos até o final do dia, a fim de que se possa mandar publicar uma nova convocação da Comissão Especial, para apresentação do relatório do processo de *impeachment* do Governador Arruda.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – A vontade da Comissão é de fazer a reunião amanhã, para dar celeridade ao assunto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Comunicado:

1 – A Presidência comunica aos membros da Comissão de Assuntos Fundiários e da Comissão de Segurança a necessidade de eleição de seus Presidentes e Vice-Presidentes.

2 – Comunico que o retorno do Deputado Paulo Roriz ao exercício do mandato trouxe, por consequência, o afastamento do então titular, Deputado Geraldo Naves, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. A referida vaga precisa ser recomposta por eleição.

3 – Por fim, esta Presidência comunica a necessidade de o Plenário eleger os titulares da Corregedoria e da Ouvidoria desta Casa para a sessão legislativa de 2010. A Presidência vai aguardar uma manifestação da Comissão de Assuntos Fundiários, da Comissão de Segurança e da Comissão de Constituição e Justiça até 25/02/2010, para uma definição, haja vista que as eleições são nos seus respectivos âmbitos. Não havendo manifestação, marcaremos datas e horários de todas as eleições pendentes. Em função disso, estipulo prazo – peço à Assessoria de Plenário que deixe fixado até as 17 horas a indicação dos membros da Comissão de Constituição e Justiça – para que todas as comissões compostas desta Casa – e aí faço uma questão de ordem ao Deputado Batista das Cooperativas, sobre a próxima



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito – tenham um funcionamento normal, até porque a Câmara está nos seus trâmites de normalidade. Fica determinado um prazo até as 17 horas.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, V.Exa. falou da Comissão de Assuntos Fundiários e da Comissão de Constituição e Justiça também, dando o prazo até as 17 horas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Porque são as únicas comissões que não estão compostas, Deputada Erika Kokay. As outras estão compostas. Falta a eleição de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – A Comissão de Ética tem condições de funcionamento, porque tem 3 membros. Mas, como ela irá investigar uma série de ações de quebra de decoro parlamentar, é preciso que ela seja recomposta também.

Ela, hoje, tem 3 membros eleitos, sem nenhum tipo de impedimento. O outro membro, Deputado Raimundo Ribeiro, está impedido de votar e está sem suplência. Portanto, na medida em que ele está impedido de votar, em função de ser o Corregedor e o autor dos relatórios, é preciso que haja uma suplência estabelecida que possa representá-lo no processo de discussão das ações por quebra de decoro parlamentar.

Por fim, o Deputado Geraldo Naves também compunha a Comissão de Ética e foi afastado. Há uma vacância. Então, Sr. Presidente, creio que, além de recompor a Comissão de Constituição e Justiça e dar o prazo até as 17 horas, como está sendo dado, é preciso também que se adote um posicionamento idêntico ou se tome alguma providência acerca da Comissão de Ética, porque estamos na iminência de termos os relatórios prontos do Corregedor, Deputado Raimundo Ribeiro, e precisamos recompor a Comissão, que hoje conta com apenas três membros em condição de voto. Então, portanto, eu gostaria que fosse também tomada providência semelhante à da CCJ ou outra qualquer, mas que possa apontar na recomposição da Comissão de Ética.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada Erika Kokay, é exatamente isso que eu quis dizer. Eu li que a Comissão de Assuntos Fundiários, a Comissão de Segurança e a Comissão de Constituição e Justiça estão compostas e têm até amanhã para chamarem a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Na Comissão de Ética, eu acabei de colocar, temos o prazo até as 17 horas para que os membros sejam indicados, justamente para termos o mesmo procedimento. Falei não com relação à eleição do Presidente e do Vice, mas para dar continuidade aos trabalhos da Comissão.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar este momento para parabenizar a coragem do Deputado Rogério Ulysses. Gostaria de dizer que em momento algum eu tive dúvida da inocência do Deputado Rogério Ulysses. Hoje a Polícia Federal lhe concedeu a oportunidade de rever a questão da busca e apreensão. O Deputado Rogério Ulysses sofreu toda a consequência. Imagine eu que não sofri nem busca e apreensão, mas tive a vida devastada. Mas eu não tenho dúvida de que na hora certa teremos a oportunidade de falar não só à imprensa, mas a todo Distrito Federal, à minha categoria dos bombeiros e à Planaltina, da nossa honradez e do nosso trabalho. Mas gostaria de solicitar a V.Exa., haja vista que os membros da Comissão de Segurança estão presentes, que a eleição seja feita, porque até então não foi feita a eleição dos membros da Comissão de Segurança, para que dessa forma possamos retomar os trabalhos nesta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação do Deputado Aylton Gomes para que seja feita a eleição.

(Assume a Presidência o Deputado Milton Barbosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sabemos que na atual conjuntura em que vivemos, o debate central continua sendo esta crise sem precedentes na história do Distrito Federal.

Ontem, com a renúncia do Vice-Governador Paulo Octávio e com a ascensão ao Governo do Distrito Federal do Deputado Wilson Lima, sabemos da necessidade de este Poder Legislativo... que praticamente se transformou no centro das atenções da nossa cidade, já vinha sendo, mas mais do nunca agora, este Poder precisa realmente estabelecer metas no sentido de cumprir com as suas funções, seja do ponto de vista das investigações, que a CPI precisa fazer, seja com relação ao processo de *impeachment* do Governador ainda do Distrito Federal José Roberto Arruda, seja com relação aos processos contra os Parlamentares.

A partir daí precisamos, dentro das possibilidades, dar continuidade aos trabalhos do Poder Legislativo. Nós ainda nem sequer conseguimos eleger o Corregedor, o Ouvidor e há dois Presidentes de Comissões que ainda não foram eleitos. Temos categorias que acabam de sair de uma greve, ou estão em greve, como é o caso dos trabalhadores do DETRAN. Enfim, tantas outras coisas que precisamos tentar dar a devida normalidade do processo dentro desta Casa.

Sabemos mesmo, Deputado Milton Barbosa, que nem tudo que a gente deseja e pensa, na atual conjuntura, pode ou vai acontecer. Muitos dos elementos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

que estão colocados para os próximos dias independem da nossa vontade. Independe, Deputado Reguffe, da nossa vontade! Nós estamos vivendo uma expectativa, véspera de uma decisão do Supremo Tribunal Federal deste País que pode, Deputado Rogério Ulysses, levar a uma intervenção federal no Distrito Federal.

Eu quero dizer que essa intervenção, como qualquer outra intervenção, de fato é muito ruim. Temos experiências, como disse o Deputado Raimundo Ribeiro, na história do País e também fora dele, de intervenções que muitas vezes se deram, Deputada Eurides Brito, por divergências ideológicas e políticas, ou não tinha acordo político, não tinha visão ideológica, dava-se um golpe num presidente, num parlamentar ou num governador, enfim. Agora, no caso de Brasília, nós temos que ter certo cuidado, Deputada Erika Kokay, porque a intervenção não será, Deputado Raimundo Ribeiro, caso aconteça – e quero dizer que sou contra – ela não se dará, e aí temos que ser muito claros, por uma divergência de caráter político-ideológico.

É uma crise profunda, sem precedentes. É uma crise que gerou a renúncia de um vice-governador, e nós temos um governador preso por denúncia de corrupção. Então, não é uma coisa qualquer. Se nós não tomarmos cuidado, e por que digo isso? É que se a Câmara não fizer o seu dever de casa, fizer a sua obrigação constitucional – e aqui eu não quero dizer A, B ou C, qual a decisão que deve tomar, mas ela tem que cumprir com o seu dever constitucional, com o que estabelece a Lei Orgânica – essa intervenção significará, na realidade, uma intervenção para limpar os poderes do Distrito Federal criando uma ação moralizadora, uma ação ética. E eu tenho certeza absoluta, e ainda volto a dizer que esta Casa tem condições de encontrar a saída dessa crise. Não é fácil, ninguém é dono da verdade, mas esta Casa pode encontrar a saída dessa crise e, portanto, evitar esse mal que é a própria intervenção, e o próprio mal que é a corrupção! A corrupção é o mal maior a ser combatido. E nós temos que dar provas à sociedade de que podemos fazer isso. Como fazer? É como eu disse, se alguém achar que é dono da verdade, eu diria que está sendo muito pretensioso.

Então, quero na tarde de hoje, mais uma vez, fazer um chamado a esta Casa, a todos nós parlamentares, para que possamos, nas próximas horas, nos próximos dias, discutir o conjunto dessa crise, que envolve o Poder Executivo, o Poder Legislativo, outras instituições, até membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que é um órgão auxiliar, que está aí diretamente envolvido nesse processo.

Portanto, precisamos fazer valer a Carta Magna deste País e a Carta Magna do Distrito Federal para encontrar as alternativas que tragam de novo, ou tragam, pelo menos neste momento, a confiança da sociedade, das instituições deste País, no próprio Distrito Federal, porque o que está em jogo, nesse momento, por mais que alguns não queiram acreditar, por mais que alguns, quando a gente fala isso, levantem os ombros e digam: “eu não tô nem aí”, enfim, é a própria autonomia política dessa cidade. É a autonomia política do Distrito Federal, é o direito de mais de dois milhões de habitantes de escolher os seus representantes. Certo ou errado,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

bem ou mal, mas o direito universal de escolher os seus representantes. Isto nós não podemos aceitar: que retirem da população do Distrito Federal esse direito.

Então, eu quero fortalecer aqueles que entendem a necessidade de nós, neste momento, apontarmos para as alternativas necessárias que retirem definitivamente o Distrito Federal das páginas policiais e coloquem-no nas páginas políticas do nosso País, desenvolvendo inclusive ações que venham no sentido de atender as demandas da sociedade.

Era essa a minha intervenção, Sr. Presidente, como Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, no meio desta crise que nós vivemos. Não sei se é possível ser feliz no meio desta crise, mas entendo que temos o dever constitucional, moral, legal e ético de encontrar uma saída para esta crise.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço o tempo que V.Exa. me concedeu.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Obrigado, Deputado Paulo Tadeu.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu venho a esta tribuna na tarde de hoje para falar um pouco desta crise e para fazer também um balanço da minha atuação desde que esta crise estourou no Distrito Federal.

A primeira coisa é que a minha vontade, enquanto Parlamentar, é a de discutir o futuro de Brasília, não o passado. A minha vontade é de discutir os assuntos desta cidade. Eu me elegi Deputado para discutir formas de melhorar a cidade e formas de melhorar este Poder Legislativo. Eu entrei na política para discutir ideias, não para discutir pessoas. Penso até que o sistema ideal deveria ser aquele cujo Poder Judiciário julgasse, não só com relação aos Deputados da Câmara Legislativa do Distrito Federal, ao governador do Distrito Federal, mas com relação aos senadores, deputados federais. Mas infelizmente, na minha opinião, essa é uma prerrogativa *interna corporis* dessas instituições, porque, quando se faz um julgamento de um parlamentar, se se condena, é perseguição; se se absolve, é corporativismo. Sempre vai se gerar uma suspeita se aquilo não foi por causa de uma relação pessoal.

Eu penso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, que quem deveria julgar é o Poder Judiciário. Eu não fiz concurso para ser promotor de justiça, para ficar acusando as pessoas. Eu participei de uma eleição para ser deputado distrital, para legislar a favor da população da minha cidade, para discutir formas de melhorar a minha cidade, formas de melhorar o Poder Legislativo, do qual eu fiz parte por opção quando decidi ser candidato e tive o meu nome sufragado por 25.805 eleitores do Distrito Federal. Mas cumpro a minha responsabilidade e vou cumpri-la em toda a sua plenitude porque tenho absoluta consciência do que é a minha responsabilidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Desde que este escândalo estourou, no final de novembro — já estamos quase em março —, só se discute esta crise. A Câmara Legislativa, neste ano, não votou nada ainda, porque só se discute esta crise, o que vai se fazer... Nós realmente temos que ver como se sai dela, como se punem os culpados.

Com relação à minha atuação nesta crise, tão logo estourou este escândalo, eu defendi que houvesse uma abertura e fosse admitido o processo de *impeachment*, o que acabou sendo feito nesta Casa na quinta-feira da última semana. Eu pedi abertura de processo para todos os Deputados, até para que eles pudessem se defender, o que, aliás, é um direito universal, e quando pedi abertura de processo por quebra de decoro, a Mesa Diretora agiu antes e já havia pedido para a Corregedoria fazê-lo, ou seja, antecipou-se ao meu pedido.

No dia 2 de dezembro do ano passado, fui ao Ministério Público Federal e fiz um requerimento formal pedindo uma auditoria em todos os contratos das empresas citadas com o Governo do Distrito Federal. Fiz outro requerimento ao Tribunal de Contas pedindo também uma auditoria daquele órgão em todos os contratos das empresas citadas com o Governo do Distrito Federal. Defendi a rescisão imediata de todos os contratos que estão sob suspeição e que não envolvam serviços públicos essenciais.

Defendi auditoria nos contratos, defendi rescisão imediata dos contratos que não envolvam serviços públicos essenciais, defendi abertura de processo para os Deputados citados no inquérito e defendi o *impeachment*.

Sr. Presidente, o Distrito Federal não pode simplesmente parar por causa disso. Fiz críticas também, várias vezes pela imprensa, à morosidade na votação do *impeachment*, porque o escândalo estourou no final de novembro e esta Casa tomou providências apenas no final de fevereiro.

Espero, Sr. Presidente, que o final desta crise seja a construção de um Distrito Federal melhor, que haja o julgamento com direito de defesa a todos, que seja lida a defesa de todos e que o julgamento seja justo, mas principalmente que o julgamento seja feito pensando-se no contribuinte do Distrito Federal, porque é esse que eu represento aqui nesta Casa e que todos os Deputados, sem exceção, representam nesta Casa.

O que nós estamos vendo é muito ruim para a população do Distrito Federal, a imagem da cidade vem sendo achincalhada Brasil afora. As pessoas falam: "ah, é de Brasília, é de Brasília", sendo que a maioria da população do Distrito Federal não tem nenhuma vinculação nem com política, mas está sendo tratada como se estivesse também envolvida nesse megaescândalo.

Eu sonho com uma política diferente. Sou um ser humano, mas sonho com uma política diferente. Eu penso que é preciso se discutir o futuro desta cidade, discutir para onde esta cidade vai caminhar, qual é o planejamento urbano do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Distrito Federal, formas de controle social para evitar desvio do dinheiro público também num governo...

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Deputado Reguffe, vamos concluir?

DEPUTADO REGUFFE – Eu vou concluir, Sr. Presidente, agradecendo a benevolência de V.Exa.

Formas de controle social, de se controlar o gasto de cada centavo do dinheiro do contribuinte. É isso que eu espero, Sr. Presidente. E espero que o Congresso Nacional faça uma reforma política, que se aprove financiamento exclusivamente público de campanha, voto facultativo, voto distrital, limite de reeleições para parlamentares e vedação de reeleições para cargos executivos. Eu espero isso, Sr. Presidente.

Por último, quero dizer que esse escândalo revoltou a população do Distrito Federal, como revoltou a mim também. Houve desvio de dinheiro público de uma forma clara e a punição para isso tem que ser de acordo com o que está na legislação, com o rigor da lei. Todos aqueles que tiverem comprovada a participação nesse esquemão de desvio de dinheiro público têm que ter uma punição rigorosa, exatamente nos termos que a legislação coloca.

Quero dizer para a população do Distrito Federal, Sr. Presidente, que ela tem uma grande chance de fazer uma limpeza nas eleições de outubro. Agora, cabe à população participar, acompanhar, porque uma boa parte da população também tem uma grande parcela de culpa, porque não acompanha como deveria a vida política da sua cidade.

É isso que eu queria dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Muito obrigado, Deputado Reguffe.

Faço algo que eu não concordo muito em fazer, mas aqui na Casa, pelo costume, temos de fazer. Apelo os Deputados que estejam no cafezinho para que venham ao plenário, pedindo inclusive ao professor Itamar que abra a porta para que possam escutar e virem aqui para o plenário. Lugar de falar, de conversar, é aqui no plenário, senão não há sentido estarmos aqui falando ao deserto.

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz. (Pausa.)

O Deputado Alírio Neto está de licença.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Pedindo escusas a V.Exa, apenas para registrar também, pois eu esqueci no meu pronunciamento, que eu estou fazendo parte agora da Comissão Especial que vai processar o pedido de *impeachment* do Governador e também da Comissão Parlamentar de Inquérito. Essa será também uma contribuição que eu darei nessas duas comissões.

Vou me fixar nesse trabalho. Tentarei fazer o melhor julgamento possível de tudo que for julgado, e tiver o meu voto, baseado nos princípios de justiça que tenho dentro da formação da minha vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. membros da imprensa, assessores da Casa, população que nos ouve, eu poderia assinar embaixo de quase tudo que foi dito aqui a partir do corajoso e oportuno depoimento do Deputado Rogério Ulysses.

A função desta Casa, que é uma Casa Legislativa e fiscalizadora, tem sido muitas vezes esquecida por tentar se fixar só em um campo – no da legislação. Nós também temos nossa culpa nos acontecimentos por não exercermos como deveríamos a função fiscalizadora. De tudo se tira realmente uma grande lição.

Eu apenas discordaria – é uma coisa óbvia –, de que os casos não são iguais, mas semelhantes. Semelhança não é igualdade. Semelhança não é igualdade porque principalmente em uma casa de leis nada pode ser condenado, *a priori*, sem ser investigado exaustivamente, à luz da lei e com direito realmente a provas.

Eu via V.Exa. ler o relatório que veio em consequência desta última visita da CPI ao ilustre Sr. Ministro, pois chegaram os apensos. Aliás, a única coisa nova que chegou foram os apensos, porque o relatório em si era o mesmo que estava. V.Exa. teve mais sorte porque já recebeu os da sua casa e também os do seu gabinete. Estou reclamando por escrito, já o fiz através do advogado, pois não chegaram, talvez por engano, os do meu gabinete, mas já chegaram os da casa. Mas chegou uma coisa muito interessante das coisas que foram levadas realmente lá de casa. Eu não vim preparada na tarde de hoje, mas virei brevemente para fazer, como V.Exa. fez, uma questão que me chamou muito a atenção, para fortalecer a tese do perigo do prejulgamento.

Meu marido é um odontólogo com um pouco de vocação, como eu digo, para contador, porque tudo ele registra. Basta dizer que só há quinze anos, por uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

tremenda pressão minha, ele rasgou as despesas que tínhamos tido no nosso casamento que agora em julho completará quarenta e nove anos. Então, quantos anos guardando uma pasta com despesas de um casamento, mas é bom que ao lado de um detalhista assim esteja alguém que não dá muita importância para essas coisas. Pois bem, em uma agenda de 2007, do meu marido e não minha, que foi levada, numa das páginas havia – Deputado Paulo Roriz, Deputado Reguffe – despesas e retiradas.

Nós sempre nos equilibramos para não vivermos devendo, para não irmos além daquilo que nós podemos, para não irmos além das nossas receitas. As nossas economias, tanto as do banco como as que estavam em casa, são todas relatadas no imposto de renda, como esta Casa pode ver. Então, não é um documento privado, é um documento público, porque todos os anos nós damos entrada aqui a isso. Não é verdade? Não damos entrada nos rendimentos aqui.

E como o meu casamento é de uma época em que o Código Civil dizia que o marido era o cabeça do casal, no meu não aparece nenhuma propriedade, no meu não aparecem nossas economias, porque quando o Código Civil foi mudado, eu não ia fazer uma partilha: isso vai para o meu, isso vai para o seu. Mas, juntos, sempre como é de dever, o dele é o meu. E digo que os bens estão no imposto de renda, em anexo, pertencente ao cônjuge. Faço isso regularmente. Então, não é novidade, não há nada público.

Mas, em uma página, havia uma retirada dizendo assim: “cinco mil reais, Oclécio”. Eu mando muitas vezes o meu assessor de gabinete, chamado Oclécio, fazer despesas e, depois, eu pago a ele. Às vezes, ele paga do próprio bolso e eu vou reembolsando-o. Havia duas retiradas, eu pagando o Oclécio.

Na coluna da análise que volta da Polícia Federal diz que Oclécio deve ser Odésio – com um sobrenome estrangeiro –, provavelmente alguém que trabalha na fundação tal, da Universidade de Brasília, especialista em projetos de lixo reciclável.

Eu nunca ouvi falar na figura, meu marido também não. Se fosse antigamente iríamos ao pai dos burros, ao dicionário. Mas hoje a gente vai ao *Google* atrás do nome, e com o nome completo encontramos realmente o cidadão. E está lá no *Google* que o cidadão é de uma fundação da Universidade de Brasília e é um especialista em fazer projetos de lixo reciclável. E daí? E se, a partir disso, aparecem outras coisas também?

Então, vejam como é importante o direito legítimo à defesa. Ninguém pode entrar, Deputado Paulo Roriz, dizendo... Não existe julgamento político que não tenha respaldo legal, que não tenha apoio jurídico.

Então, quando eu subo a esta tribuna, venho dizer que não redigi, não guardo na bolsa pedido de renúncia, porque, renunciando, meus netos ficariam, meus eleitores ficariam, meus amigos sempre ficariam com uma dúvida a respeito de se eu fiz ou não fiz aquilo de que eu fui acusada. Eu quero que todos os 23 – já que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

eu estou fora, sou a 24ª, terei apenas a possibilidade de dar todas as explicações – tenham realmente a oportunidade de julgar coisa por coisa que realmente ali está.

Isso é dignidade! Isso é obrigação desta Casa! Não é passar a mão por cima, porque “coitada, já tem vários mandatos”, ou porque “é isso”, ou porque “é aquilo”, ou porque “a gente precisa se livrar”, ou porque “o meu partido quer”. Eu acho que há questões que não são partidárias, há questões que são de consciência; há questões que são de moral e ética. E eu duvido que algum partido político diga assim: “mesmo a pessoa estando correta, você vote para ela ir para a cadeia”, porque o estatuto da política brasileira não permitiria isso aos estatutos dos partidos políticos.

Então, V.Exa. tem total razão e meu apoio integral nessa revolta. Principalmente, quero me dirigir a você porque é um jovem no seu primeiro mandato. E um jovem inteligente com um futuro promissor. Um jovem empreendedor. Não há como a cidade de São Sebastião não reconhecer que, depois da entrada de V.Exa. na política, inumeráveis melhorias V.Exa. conseguiu levar para aquela cidade.

Na minha idade, na minha experiência de vida e na minha fé, que é o meu sustentáculo, que é o que me dá força... As pessoas perguntam o que é que me dá força: é a minha fé que me dá força. Porque com a fé... Ela está respaldada na minha consciência. Então, a minha consciência registra, melhor que qualquer computador, faltas, culpas e atitudes corretas, como a consciência de cada um de nós o faz. E é esta consciência que não me tira o sono.

Então, quem está esperando que eu vá aqui desistir de deixar para a minha geração, para os meus descendentes uma mácula de que alguma vez não faz mal que haja um *uh!*... Porque esses que estão dizendo hoje isso serão pais, serão avós, serão cidadãos, que terão de também dar bom exemplo a seus familiares. Isso não me intimida! Não me intimida porque eu sei, ao lado do meu marido, dar conta de cada coisa que temos, como foi construída e como foi feita.

Eu vivi, para os que não sabem, até os 13 anos de idade, morando em uma casa coberta de palha, na rua – nem se chamava rua, rua nós chamávamos fora, para dar inveja; era vila –, na Vila Franklin Roosevelt em Belém do Pará, casa número 82, que ainda está lá para quem queira ver. E todo esse sucesso que a muitos incomoda vem pelos estudos aos quais fui empurrada por uma mãe analfabeta, que dizia: “Temos que vencer, e pelo menos um na casa” – dizia aquela mãe viúva – “tem que estudar”. E, por ser eu a mais nova, coube a mim. Ela foi, como eu digo, a precursora da escola do tempo integral, porque era ela que me fazia, de manhã, ir ao grupo escolar estadual e, de tarde, para não ficar na rua, repetir a mesma série na escola municipal. Eu ia chorando, porque olhava para trás e via toda a nossa molecada na rua jogando bola, empinando papagaio, brincando, jogando peteca, e eu voltando para repetir as mesmas coisas. Contudo, estou aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Meus colegas aprenderam a andar de bicicleta na única bicicleta que existia na vizinhança, que era de um colega, e eu não tive oportunidade de aprender. Cresci sem saber andar de bicicleta, mas cresci sabendo o que é certo e errado, o que devo fazer e o que não devo fazer.

Então, eu trairia a memória de minha mãe se aqui viesse com renúncia. Trairia a memória de Dona Maria Brito. Se eu puder fazer alguma coisa pela memória de Dona Maria Brito, será no dia em que eu decidir sair das atividades pessoais que hoje desenvolvo e terei a obrigação de criar uma fundação em nome dela para que, talvez, muitas crianças também possam sair de suas casas e ir chorando para voltar a estudar em outro turno, para não serem crianças de rua e chegarem a um pós-doutorado como eu cheguei, a uma titularidade na Universidade de Brasília como eu cheguei, tudo à custa dos meus esforços e da visão que uma mãe analfabeta teve. Então, é por isso que não adiantam insinuações.

Por falar em Universidade de Brasília, eu gostaria de comunicar à Casa que, independentemente de ideologias, de simpatias pessoais ou não, todos nós devemos respeitar as pessoas por aquilo que fizeram. E, mesmo, ninguém é perfeito. Alguns, muitas vezes, são lembrados por outras razões. Faleceu, hoje, o reitor José Carlos Azevedo, que será sepultado às 17h. Era físico nuclear, homem de uma inteligência rara. Soube da sua morte hoje, se não me engano, pela *Band News*. Um homem que se preparou muito. Um dos famosos físicos nucleares brasileiros. Ele era militar, um comandante da Marinha, mas, na verdade, era um grande físico nuclear e temos que dar a César o que é de César, positivo o que ele fez de positivo. Todos nós temos ações que nem todos aplaudem. Sr. Presidente, vou me ausentar hoje da Casa, exatamente agora, para ver se ainda pego o final da cerimônia do enterro do reitor José Carlos Azevedo.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Obrigada, Deputada Eurides Brito.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Há poucos aqui. Vou passar a palavra à Deputada Erika Kokay. A continuar desta forma, em seguida, vou encerrar.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tem razão quem diz que estamos vivendo uma crise sem precedentes no Distrito Federal, mas é uma crise, Sr. Presidente, que não foi construída por geração espontânea. Ela é uma crise porque veio à tona um processo subterrâneo de dilapidação do erário que contaminou o conjunto da máquina no Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

As pessoas imediatamente saem colocando-se contra uma intervenção. Eu digo, Sr. Presidente, que não há como estancar a crise que assolou o Distrito Federal, que não é uma crise fruto de geração espontânea, que surge por osmose, mas uma crise construída por uma visão patrimonialista, uma visão de capitania hereditária, uma visão absolutista que tomou conta do Palácio do Buriti. Não há como estancar essa crise se não houver uma medida saneadora no Distrito Federal. Não há como estancar essa crise apenas com a vontade ou o desejo dos que querem Brasília de volta, porque ela foi tomada de nós. Já as ruas não nos pertence, a noite não nos pertence. Há um medo líquido nesta cidade, mas ela foi tomada de nós.

A impressão que temos é que Brasília foi sequestrada. Foi sequestrada e repartida. Repartida numa mesa farta de corrupção. É preciso sanear o Distrito Federal. O Governador em exercício, Deputado Wilson Lima, tem a oportunidade de fazê-lo, de começar um profundo processo de saneamento do Distrito Federal.

Chama-me a atenção a declaração de um secretário que saiu num jornal que diz que o Governo caminhará porque o corpo caminha sem cabeça. Provocou-me um profundo temor porque o corpo está contaminado. No inquérito da Polícia Federal aparece uma frase, uma citação do então Secretário de Fazenda que diz: "este Governo não pode durar porque a corrupção vai do protocolo ao Governador". Se esse corpo caminha sem cabeça, é preciso que tenhamos um Governo que tenha o pulso necessário e o compromisso necessário para sanear o Distrito Federal. Se isso não acontecer, Sr. Presidente, o saneamento terá que vir. O estado de direito tem que se expressar ainda que seja através de uma intervenção federal.

Provoca-me um profundo incômodo quando eu vejo comparar-se a intervenção proposta pelo Ministério Público, que tem caráter saneador, que tem o objetivo de restaurar o estado de direito, com a intervenção que vitimou Arraes e Alencar Furtado. Preservemos a memória de Arraes e de Alencar Furtado, que foram pessoas que tiveram função na construção de um Brasil livre. Essa construção e esse Brasil livre ainda não estão conclusos. Não vamos comparar Arraes e Alencar Furtado com os que estão hoje sob o risco de uma intervenção e sob investigação da Polícia Federal no que diz respeito ao Executivo. Não façamos isso. Respeitemos a memória de Arraes e de Alencar Furtado, a sua luta pela democracia, pela democratização e pelo estado de direito neste País.

Outros falam que a intervenção é golpe e eu me pergunto: não é golpe sangrar o erário como nós estamos vendo aqui no Distrito Federal? Isso não é golpe? Não é golpe ter a postura, que eu não vou repetir, absolutista, patrimonialista, sem limites do Governador que hoje se encontra preso?

Golpe aos recursos públicos! A corrupção é latrocínio, porque é roubo seguido de morte. Quantas pessoas morreram esperando um exame ou uma cirurgia nos hospitais do Distrito Federal? E por que, se você tem a sua casa assaltada ou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

seus eletrodomésticos roubados, tem-se uma reação imediata e não se tem uma reação imediata quando os cofres públicos são assaltados? Portanto, isso é golpe!

E alguns dizem: “Mas é preciso preservar a autonomia.” Eu falo: De que autonomia se está falando? De que autonomia? Autonomia para se saquear como se saqueou? É dessa autonomia que se está falando? E outros falam: “Mas foram eleitos!” Não foram eleitos para isso! Não foram eleitos para isso! O Governador do Distrito Federal não foi eleito para capitanear um suposto esquema de corrupção! Não foi eleito para derramar o dinheiro público numa promiscuidade entre o público e o privado que lembra os senhores que escravizavam, que se sentiam donos da terra, da política, do Estado, das pessoas, das mulheres, das crianças! Não foram eleitos para isso!

Portanto, Sr. Presidente, uma intervenção federal, se se fizer necessária para o resgate do estado democrático de direito, que se tenha a intervenção federal. O que não dá é que tenhamos uma máquina que está absolutamente contaminada pelas peças do próprio inquérito, por um profundo processo de corrupção.

Há que se resgatar o estado democrático de direito! Nós lutamos por isso! Eu lutei pela autonomia do Distrito Federal! Nós lutamos por isso! Mas eu quero autonomia de fato, não quero um Governador que esteja debaixo de máscara e que tenha o seu conteúdo absolutamente corrompido. Nós lutamos em nome dos que lutaram pela democracia, em nome dos que lutaram pela autonomia do Distrito Federal. Nós precisamos restabelecer o estado de direito, porque a crise tem responsáveis, e os responsáveis têm de ser punidos, senão não há governabilidade.

Portanto, eu queria dizer que, neste momento, o Deputado Wilson Lima tem a oportunidade de começar a sanear o Distrito Federal. Todas as medidas que tomar no sentido desse saneamento terão o nosso apoio; todas elas! Seremos oposição? Seremos oposição de ideias, de projetos, porque não temos o mesmo projeto. Mas não vamos permitir que se coloque esparadrapo, *band-aids* nas feridas que estão acometendo esta cidade, que é uma cidade de coragem. Brasília é marcada pela coragem. Brasília foi construída movida pela coragem de candangos que vieram aqui transformar esse barro vermelho no que seria a capital da República. Esta cidade, portanto, merece respeito!

Por fim, eu diria que, se houver, neste exato momento, com a assunção do Deputado Wilson Lima ao Governo do Distrito Federal, medidas para que sejam saneadas as finanças, o Estado, a máquina pública, nós nos distanciamos da intervenção. Senão, a intervenção passa a ser necessária para restabelecimento do estado de direito no Distrito Federal.

A esta Casa cabe tocar os processos como tem feito, mas cabe também uma reflexão: por que começou a andar apenas quando o Governador foi preso e quando houve a ameaça de intervenção? Nós não podemos titubear nesse processo de busca das investigações. E que possamos, enfim, devolver Brasília para o povo de Brasília.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 02 2010	15h30min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

E não comparemos, e para não comparar, Deputada Eurides Brito, fala do reitor, José Carlos de Azevedo, e eu tenho uma memória sobre o reitor. Ele me expulsou da universidade. Ele me expulsou da UnB! Ele me expulsou da Universidade de Brasília porque nós defendíamos as liberdades democráticas. Ele me expulsou, e retornamos à UnB apenas com ação judicial.

Por isso, espero que, como o tempo é sábio, tenha feito as críticas e autocríticas necessárias, mas foi sem nenhuma dúvida instrumento da ditadura. Mas isso não impede que, nesse momento, eu me solidarize com seus familiares, porque a dor de perder entes queridos não segue a lógica da função pública que os dirigentes e os entes queridos tiveram na sua trajetória.

Por isso, me solidarizo com a família! Mas, lembro que ele nos expulsou porque ousávamos lutar pela democracia e que, a partir da sua ação, muitos professores tiveram de sair da Universidade de Brasília porque esta foi invadida pela polícia. Na época, os policiais adentravam as salas de aula e tentavam de toda sorte nos empurrar para os porões da ditadura que este País enfrentou. E, apesar de tudo, a minha solidariedade à família do ex-reitor da Universidade de Brasília: José Carlos Azevedo.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

O Deputado Cabo Patrício comunicou agora há pouco que o Deputado Bispo Renato se encontra de licença médica.

E não é demais lembrar e ver que o nosso plenário não comporta que continuemos essa sessão, que foi uma das que menos se desenvolveu nesta legislatura, devido à ausência de Parlamentares.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h12min.)

Este texto não substitui o publicado no Diário da Câmara Legislativa nº 45-Suplemento, de 12/03/2010.